

Comissão e Seplan examinam novo acordo para o orçamento

BRASÍLIA — Uma última tentativa de acordo entre o Governo e a Comissão Mista de Orçamento do Congresso para a rolagem da dívida dos Estados e Municípios foi levada no final da tarde de ontem ao Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Pela nova proposta, a União arrecadaria CZ\$ 174 bilhões, a preços de junho.

A proposta foi considerada como praticamente aceita por Assessores da Seplan. Para o Executivo, agora, basta que a Comissão de Orçamento indique novos cortes nas despesas previstas na proposta orçamentária, que compensem a perda de receita da ordem de CZ\$ 376 bilhões.

Pela fórmula conciliatória, os Estados do Norte e Nordeste pagam cinco por cento da dívida; os do Sul e Sudeste, 10 por cento.

Os Estados mais endividados desembolsarão volumes maiores de recursos no próximo ano. São Paulo, o maior devedor, pagará, em 1989, US\$ 500 milhões, cerca da metade do total que o Executivo irá arrecadar; Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul pagarão, cada um, US\$ 100 milhões; Minas Gerais vai desembolsar US\$ 71,8 milhões e o Paraná, US\$ 54,5 milhões.

Apesar de considerado praticamente acertado o novo esquema para a rolagem da dívida, o Presidente da Comissão, Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), afirmou que o mais importante agora é votar. Segundo ele, sem entendimento, a decisão será no voto e prevalecerá a proposta inicial do Relator Almir Gabriel (PMDB-PA), que garante à União apenas CZ\$ 70 bilhões de receita originária das dívidas dos Estados e Municípios.